



FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS

Exma. Senhora Ministra da Saúde

Na sequência da recepção, a 25/7/2008, do documento enviado pelo gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde relativo aos “Princípios Enformadores da Revisão da Carreira Médica”, a FNAM considera, desde já, que se trata de um texto demasiado sintético e com várias e preocupantes omissões e contradições, além de considerações sem qualquer sustentação.

Na base de um texto deste tipo, torna-se difícil encetar qualquer discussão preparatória de um processo negocial com a complexidade e responsabilidade como é a revisão do actual diploma das carreiras médicas.

No entanto, consideramos que nas suas duas páginas existem aspectos que exigem uma abordagem clarificadora que sistematizamos nos seguintes pontos:

1. A lei nº 12-A/2008 estabeleceu o período de 180 dias para efectuar a revisão das carreiras especiais da Administração Pública, cujo prazo expira no final deste mês de Agosto.

A cerca de 1 mês deste prazo expirar, impunha-se que o Ministério da Saúde apresentasse um texto suficientemente claro, mesmo à luz daquilo que é o novo enquadramento legal da responsabilidade do actual Governo e do qual faz parte.

2. Com o início de funções da actual equipa ministerial, a FNAM solicitou, de imediato, uma reunião urgente a V.Ex^a com o objectivo fundamental de analisar o processo negocial relativo à revisão do diploma das Carreiras Médicas.

Essa reunião realizou-se a 1/4/2008 e no final foi acordada nova reunião informal, de mero conteúdo técnico, com o objectivo essencial de a FNAM proceder à apresentação e fundamentação das suas propostas negociais.

Essa reunião informal realizou-se a 10/4/2008 e nela a FNAM apresentou os seguintes documentos: Enquadramento geral da revisão das Carreiras Médicas e Graus, categorias e conteúdos funcionais.

3. No dia seguinte a esta reunião, o Governo divulgou o seu projecto do “Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas”, previsto na citada Lei nº 12-A/2008.

4. Tendo em conta o conteúdo deste projecto, a FNAM enviou a V.Ex^a, em 21/6/2008, uma proposta de metodologia negocial.
5. O documento agora enviado pela Secretaria de Estado ignora tudo o que foi entregue no Ministério da Saúde e não dá resposta às questões essenciais que se colocam no desencadeamento de um processo negocial.
6. Tratando-se, como é expressamente aí referido, de um documento relativo aos “princípios enformadores”, é inaceitável que não existam definições de princípio quanto às carreiras médicas serem unicategoriais ou pluricategoriais, serem especiais ou gerais, bem como a omissão do seu grau de complexidade funcional.
7. A FNAM, na sua proposta de metodologia negocial, propôs a existência de 2 documentos legais sobre a revisão das carreiras médicas.
Um sobre a “Regulamentação Geral das Carreiras Médicas” e outro sobre o “Acordo Colectivo de Trabalho”.
No âmbito da regulamentação geral são identificadas algumas matérias que se inserem nas competências da Ordem dos Médicos.
Essa identificação está claramente fundamentada nas disposições legais e constitucionais que definem as competências específicas das ordens profissionais e das organizações sindicais.
8. Na alínea a) das “soluções propugnadas”, o Ministério da Saúde, não sendo muito claro, pretende “aferir junto da Ordem dos Médicos” a matéria que denomina “qualificação”.
Rejeitamos este tipo de formulações vagas e imprecisas e transmitimos, desde já, que, não admitindo qualquer usurpação das competências sindicais, recorreremos, caso seja necessário, às vias judiciais para que as competências sindicais sejam salvaguardadas.
Aliás, todo o conteúdo da Lei nº12-A/2008 e, sobretudo, o conteúdo do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, já aprovado pela Assembleia da República e a aguardar publicação em DR, colocam no centro da revisão das carreiras da Administração Pública a contratação colectiva. E este domínio é competência exclusiva das organizações sindicais.
9. Na alínea b), é apresentada a medida de “unificação das actuais três carreiras médicas”.
Desde logo, a nossa surpresa pelo facto do Ministério da Saúde desconhecer que existem 4 carreiras médicas.
É que além das citadas existe também a carreira médica de Medicina Legal.
Por outro lado, é absolutamente inaceitável essa posição de fundir carreiras médicas com tão grandes diferenças de âmbito técnico-científico e profissional, não existindo, sequer, qualquer possibilidade de intercomunicabilidade entre elas.

Isto seria uma solução desastrosa que não encontra qualquer sustentação mesmo a nível do conteúdo dos já citados diplomas legais da reforma das carreiras da Administração Pública.

10. Na alínea c), é defendido que “os graus não devem corresponder a funções ou conteúdos funcionais, apenas a diferenciação técnica”.

Então, para que servem os graus, se na sua progressão eles não vierem a corresponder a novas categorias e consequentes conteúdos funcionais, tal como acontece desde sempre?

Não é perceptível, com rigor, a fundamentação desta medida preconizada no documento ministerial.

11. Na alínea d), é estabelecida a remissão da formação contínua para legislação própria, considerando-a indissociável da carreira.

Naturalmente, que concordamos com esse carácter indissociável, mas discordamos da sua dissociação legislativa em relação ao futuro diploma das carreiras médicas.

De acordo com o próprio Regime do Contrato de Trabalho, a formação profissional, contínua ou não, é parte integrante da contratação colectiva e esta é matéria da exclusiva competência sindical, tendo de figurar integrada, desde logo, no Acordo Colectivo de Trabalho.

12. Na alínea e), é referido o “enfoque nas funções assistenciais, incorporando-se o trabalho de equipa como garantia da qualidade assistencial”.

Trata-se de uma formulação que tem sido sistematicamente reiterada nos nossos documentos e tomadas de posição, e que traduz uma perspectiva institucional de prestação dos cuidados de saúde nos mais modernos e avançados sistemas de saúde.

13. Na alínea f), é efectuada uma abordagem do exercício das funções de direcção, chefia, coordenação ou responsabilidade, remetendo este exercício para a contratação colectiva, aliás, de acordo com as disposições da nova legislação para a Administração Pública.

Embora defendamos a separação das carreiras médicas de cargos de nomeação política, consideramos indispensável que esta matéria seja inserida, de facto, na contratação colectiva.

Nesta alínea é também efectuada a referência ao sistema de avaliação do desempenho (SIADAP), remetendo-o para “diploma autónomo”.

Mais uma vez estamos perante uma situação inaceitável e ilegal de pretender amputar a contratação colectiva de uma matéria que se encontra inquestionavelmente no seu âmbito, bastando até ler essa reafirmação na recente legislação aprovada pela Assembleia da República.

O facto de as avaliações de desempenho determinarem as mudanças das posições remuneratórias em cada categoria, torna ainda mais evidente que se trata de matéria integrante da contratação colectiva.

Sempre considerámos que o SIADAP actualmente em aplicação genérica na Administração Pública não permite avaliar o desempenho do trabalho médico, face às suas marcadas especificidades.

Por outro lado, existe um inequívoco compromisso do Governo, através do anterior Secretário de Estado da Administração Pública, em ser definido um SIADAP próprio para os médicos.

Assim, parece que o texto aponta neste sentido e se for o caso estamos de acordo com essa abordagem específica.

14. Por último, a alínea g) refere que “estatui-se o regime de dedicação exclusiva como regra para a carreira médica, deixando de haver possibilidade de escolha, pelos profissionais, do regime em que querem exercer funções; tal reside numa conjuntura de escassez de profissionais mas, sobretudo, no intuito de definir uma carreira que constitua uma opção de percurso profissional”.

Não sendo uma proposta nova e tendo-se tornado conhecida no período prévio às negociações do diploma actual das carreiras médicas (DL 73/90), há que rejeitar uma medida deste tipo desenquadrada de uma política de ausência de separação de sectores de prestação de cuidados de saúde e assente num contexto laboral de precariedade do vínculo e de degradação das condições de trabalho e dos níveis salariais.

A FNAM sempre considerou que o regime de exclusividade de funções, actualmente designado dedicação exclusiva, devia ser tornado atractivo nas suas diversas componentes, desde as condições de trabalho, às fórmulas de organização do trabalho de equipa multidisciplinar e multiprofissional, até às condições salariais, para que os profissionais pudessem fazer a sua opção profissional por este regime de trabalho.

Face ao exposto, a FNAM reitera a sua disponibilidade e empenhamento negocial para serem encontradas as soluções mais adequadas ao actual contexto, ficando a aguardar que, em tempo útil, seja marcada uma reunião.

No entanto, consideramos que o primeiro passo a estabelecer neste processo negocial é a definição de um protocolo e de uma metodologia negociais.

Com os nossos melhores cumprimentos.

Lisboa, 31/7/2008

P'la Comissão Executiva da FNAM

